



EXPANSÃO

TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

CNPJ/MF nº 04.100.850/0001-12



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,
A Expansão Transmissão de Energia Elétrica S.A. (“ETEE” ou “Companhia”) apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2019.

1) A COMPANHIA

A ETEE, é uma companhia privada, de capital fechado, constituída em 5 de outubro de 2000 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - Sala 1509, Centro, Rio de Janeiro. Possui três filiais localizadas em Goiás, Minas Gerais e no Distrito Federal.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH) desde 15 de dezembro de 2010 quando foi adquirida já em fase operacional da Isolux Energia e Participações S.A., Lintrun do Brasil Participações S.A., Elecnor Transmissão de Energia S.A. e Abengoa Brasil Ltda. A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados da concessão:

Extensão de linhas em km:	582
Tensão em kV:	500
Subestações acessadas:	3

3) DESEMPENHO FINANCEIRO

3.1) Receita

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R\$ 112.567.437 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020 e R\$ 104.574.879 para o período de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019.

3.2) Desempenho econômico-financeiro

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2019 e 2018 são:

	2019	2018
• Liquidez geral	2,27	2,28
• Liquidez corrente	6,18	7,74
• Relação patrimônio líquido/ativo	55,97%	56,09%
• Relação passivo não circulante/ativo	37,28%	38,92%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	21,88%	16,85%
• Relação lucro operacional/Patrimônio líquido	29,13%	25,88%
Ativos totais - R\$	619.466.989	577.309.292
Lucro líquido do exercício - R\$	75.867.514	54.551.235

4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva. A Companhia vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem Estar foram levadas para todas as regionais da empresa além de sua sede no Rio de Janeiro. A promoção de eventos para a criação de um bom ambiente de trabalho. O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado.

Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

A Companhia vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Companhia também participa de ações sociais junto a Sociedade.

6) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2020

A Administração

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Receita operacional líquida	16	116.564.036	99.868.183
Custo da operação	17	(9.851.598)	(9.229.829)
Lucro bruto		106.712.438	90.638.354
Despesas gerais e administrativas	18	(5.002.466)	(6.416.695)
Outras receitas operacionais líquidas	19	(709.649)	(423.018)
Lucro antes do resultado financeiro		101.000.323	83.798.641
Resultado financeiro	20	(512.370)	294.920
Receita financeira		8.841.295	8.697.678
Despesa financeira		(9.353.665)	(8.402.758)
Resultado antes dos impostos sobre lucros		100.487.953	84.093.561
Imposto de renda e contribuição social	21	(24.620.439)	(29.542.326)
Lucro líquido do exercício		75.867.514	54.551.235

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	75.867.514	54.551.235
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes	75.867.514	54.551.235

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	31/12/2019	31/12/2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos impostos	100.487.953	84.093.561
Itens de resultado que não afetam o caixa		
Juros e variações monetárias dos empréstimos	8.346.837	6.641.323
Depreciação e amortização	24.812	192.608
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	14.958	3.501
Provisão para contingências	87.618	(3.931.968)
Provisão para medidas compensatórias	(77.572)	67.432
Outras provisões	323.623	355.888
(Aumento) redução nos ativos		
Concessionárias e permissonárias	(8.701.994)	3.212.950
Contas a receber - partes relacionadas	246.559	(253.434)
Ativo de contrato	(12.199.180)	8.410.349
Estoques	-	198.774
Tributos e contribuições compensáveis	568.041	5.585.069
Adiantamentos a fornecedores	(91.677)	(42.194)
Outros ativos	(9.113.245)	4.888.131
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	1.072.665	194.748
Tributos e contribuições sociais	466.471	(2.719.292)
Impostos pagos	(9.944.251)	(31.940.907)
Juros pagos	(8.850.375)	(3.609.202)
Taxas regulamentares	(2.304.416)	(291.767)
Outros passivos	(286.660)	1.324.273
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	60.070.167	72.379.843
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição/baixa imobilizado e intangível	(349.870)	(395.297)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(349.870)	(395.297)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos captados	-	135.000.000
Dividendos pagos	(55.190.454)	(168.410.146)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	(55.190.454)	(33.410.146)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	4.529.843	38.574.400
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	112.223.396	73.648.996
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	116.753.239	112.223.396

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção. Ativo de Concessão - contratual: Em 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob escopo do ICPC 01 / IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação além da receita de remuneração de infraestrutura do contrato de concessão com base na TIR de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA. Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um “Ativo Contratual”. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquela pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura

continua →

BALANÇO PATRIMONIAL (Em reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6	116.753.239	112.223.396	73.648.996
Concessionárias e permissonárias	7	19.963.770	11.276.735	14.493.186
Contas a receber - partes relacionadas	23	20.660.808	2.668.923	2.415.489
Estoques		1.641.899	1.641.899	1.840.673
Adiantamento a fornecedores		465.788	374.111	331.917
Impostos a recuperar		2.567.364	3.135.406	8.720.475
Ativos de contrato	8	94.998.748	89.157.151	107.122.643
Outros ativos circulantes		1.269.742	2.133.456	1.823.853
		258.321.358	222.611.077	210.397.232
Ativo não circulante				
Ativos de contrato	8	236.047.646	229.690.061	220.134.919
Impostos diferidos	14	111.482.568	121.694.755	131.906.942
Outros ativos não circulantes		12.088.345	2.111.385	7.309.119
Imobilizado		1.378.187	1.083.972	867.364
Intangível		148.885	118.042	131.962
		361.145.631	354.698.215	360.350.306
Total do ativo		619.466.989	577.309.292	570.747.538
Passivo				
Passivo circulante				
Fornecedores - terceiros		916.554	339.662	208.896
Fornecedores - partes relacionadas	23	735.401	239.629	175.646
Financiamentos - terceiros	9	2.957.797	3.461.335	-
Impostos e contribuições sociais	10	15.938.622	14.289.913	28.820.324
Taxas regulamentares	11	4.068.549	6.372.965	6.664.732
Dividendos propostos e juros sobre capital próprio	15	14.101.798	545.512	523.357
Outros passivos circulantes	12	3.082.967	3.512.699	2.307.653
		41.801.688	28.761.715	38.700.608
Passivo não circulante				
Financiamentos - terceiros	9	134.833.083	134.690.012	-
Outras provisões - compensação ambiental		953.694	1.031.266	963.835
Provisão para contingências	13	1.561.195	1.473.577	5.405.545
Impostos diferidos	14	87.847.584	82.077.267	82.876.917
Outros passivos não circulantes		5.766.382	5.442.758	5.086.871
		230.961.938	224.714.880	94.333.168
Patrimônio líquido	15			
Capital social		101.747.039	101.747.039	101.747.039
Reserva especial de ágio		168.700.301	168.700.301	168.700.301
Retenção de lucros		59.277.164	36.406.498	150.287.563
Reserva legal		16.978.859	16.978.859	16.978.859
		346.703.363	323.832.697	437.713.762
Total do passivo e do patrimônio líquido		619.466.989	577.309.292	570.747.538

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	Capital social	Reserva de lucros			Lucro líquido	Total
		Reserva especial de ágio	Reserva legal	Retenção de lucros		
Saldos em 01 de janeiro de 2018 (reapresentado)	101.747.039	168.700.301	16.978.859	150.287.563	-	437.713.762
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	54.551.235	54.551.235
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	-	-	-	54.005.723	(54.005.723)	-
Dividendos adicionais conf. AGO de 27 de abril de 2018	-	-	-	(167.886.788)	-	(167.886.788)
Dividendos propostos (Nota explicativa 15)	-	-	-	-	(545.512)	(545.512)
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	101.747.039	168.700.301	16.978.859	36.406.498	-	323.832.697
Dividendos adicionais conf. AGO de 30 de abril de 2019	-	-	-	(36.406.498)	-	(36.406.498)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	75.867.514	75.867.514
Juros sobre capital próprio conforme AGE de 17 de dezembro de 2019	-	-	-	(16.590.350)	-	(16.590.350)
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	-	-	-	75.867.514	(75.867.514)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	101.747.039	168.700.301	16.978.859	59.277.164	-	346.703.363

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Expansão Transmissão de Energia Elétrica S.A. (“ETEE” e/ou “Companhia”), é uma companhia privada, de capital fechado, constituída em 5 de outubro de 2000 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - Sala 1509, Centro, Rio de Janeiro. Possui três filiais localizadas em Goiás, Minas Gerais e no Distrito Federal. A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. A Companhia iniciou suas operações em 23 de dezembro de 2002, e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). Em 31 de outubro de 2017 ocorreu uma reestruturação societária entre empresas investidas pela SGBH. Nesta operação societária que foi aprovada através do Ofício nº 701/2016-SFF/ANEEL, datado de 30 de dezembro de 2016, a Companhia realizou uma operação de incorporação reversa com sua controlada direta SGBH-E. **1.1. Da concessão:** Em 31 de agosto de 2000 o Consórcio constituído pelos acionistas da Companhia na época foi declarado vencedor de leilão público, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente à Expansão da Interligação Norte-Sul. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 29 de novembro de 2000, foi publicado no Diário Oficial da União de 30 de novembro de 2000. No dia 20 de dezembro de 2000, a Companhia assinou com a União o Contrato de Concessão nº 096/2000 - Expansão da Interligação Norte - Sul, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão, distribuídas em áreas do Distrito Federal, de Goiás e Minas Gerais: **(i)** Linha de Transmissão 500 kV Samambaia-Itumbiara, com extensão aproximada de 295 km, com origem na subestação 500 kV Samambaia e término na subestação 500 kV Itumbiara. **(ii)** Linha de Transmissão 500 kV Samambaia-Emborcação, com extensão aproximada de 280 km com origem na subestação 500 kV Samambaia e término na subestação 500 kV Emborcação. **1.2. Receita anual permitida (RAP):** A RAP foi determinada em aproximadamente R\$ 52.000.000 (valor histórico) que será válida pelos primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial e será corrigida anualmente pelo IGP-M. A partir do décimo sexto ano de operação a RAP será de 50% da RAP do décimo quinto ano de operação comercial, perfazendo o total de 30 anos de concessão. Em 26 de junho de 2018, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.408/2018 estabeleceu a RAP em R\$ 104.574.879 para o período de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019. Em 25 de junho de 2019, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.565/2019 estabeleceu a RAP em R\$ 112.567.437 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020. A receita é faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) e está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as



EXPANSION

TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

CNPJ/MF nº 04.100.850/0001-12



★ continuação **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)**

efetuados nos ativos de concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta "Impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.5. Ativo imobilizado:** Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que tem seu resultado registrados na nota de outras receitas e despesas operacionais) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **3.6. Ativo intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

3.7. Provisão para redução ao valor recuperável (impairment): A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. **3.8. Impostos: Impostos sobre serviços prestados:** As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 3%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. **Imposto de renda e contribuição social - correntes:** A tributação sobre o lucro compreendeu o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240.000 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. **Impostos diferidos:** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. **3.9. Provisões para contingências:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos atos ou decisões de tribunais. **3.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado. **3.11. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

3.12. Apuração do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **3.13. Receita operacional:** As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas crescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca especificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. **3.14. Instrumentos financeiros:** A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável. a) Ativos financeiros: Classificação e mensuração - Com a adoção do CPC 48 os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A partir de 1º de janeiro de 2018 a Companhia passou a apresentar os instrumentos financeiros da seguinte forma: • Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente

mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. • Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. (i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 substituiu o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. (ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. b) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.15. Fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3.16. Transações com partes relacionadas:** As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

4. REPRESENTAÇÃO DOS SALDOS COMPARATIVOS

Ao longo de 2018, as companhias de Transmissão de Energia Elétrica estiveram envolvidas em discussão técnica contábil em relação à classificação dos ativos de transmissão. A Administração da Companhia, após reavaliação deste tema e objetivando a melhor apresentação das suas demonstrações financeiras, com base nas orientações emanadas pelo "CPC 23 - Políticas Contábeis Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro", procedeu com a reapresentação, de forma retrospectiva, do seu balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, originalmente publicadas em 18 de Março de 2019, decorrentes de erro na mensuração da receita e do ativo de contrato das concessões de transmissão na adoção inicial do pronunciamento citado acima, e seus impactos tributários correlacionados conforme abaixo:

Balanço patrimonial	Ref.	31/12/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		112.223.396	-	112.223.396
Ativo de contrato	(i)	90.329.671	(1.172.520)	89.157.151
Demais ativos circulantes não impactados		21.230.530	-	21.230.530
		223.783.597	(1.172.520)	222.611.077
Ativo não circulante				
Impostos diferidos		121.694.755	-	121.694.755
Ativo de contrato	(i)	223.308.154	6.381.907	229.690.061
Demais ativos não circulantes não impactados		3.313.399	-	3.313.399
		348.316.308	6.381.907	354.698.215
		572.099.905	5.209.387	577.309.292

Passivo	Ref.	31/12/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Passivo circulante				
Financiamentos - terceiros		3.461.335	-	3.461.335
Impostos e contribuições sociais	(ii)	6.398.780	7.891.132	14.289.912
Taxas regulamentares		6.372.965	-	6.372.965
Dividendos propostos	(iii)	571.551	(26.038)	545.513
Outros passivos circulantes não impactados		3.512.699	-	3.512.699
		20.896.621	7.865.094	28.761.715

Passivo não circulante	Ref.	31/12/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Financiamentos - terceiros		134.690.012	-	134.690.012
Impostos diferidos	(ii)	66.520.569	15.556.698	82.077.267
Demais passivos não circulantes não impactados		7.947.601	-	7.947.601
		209.158.182	15.556.698	224.714.880

Patrimônio líquido	Ref.	31/12/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Capital social		101.747.039	-	101.747.039
Reserva especial de ágio		168.700.301	-	168.700.301
Demais itens do patrimônio líquido não impactados		16.978.859	-	16.978.859
Retenção de lucros	(i) e (ii)	54.618.903	(18.212.405)	36.406.498
		342.045.102	(18.212.405)	323.832.697

Total do passivo e do patrimônio líquido	Ref.	31/12/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Demonstração do resultado				
Receita operacional líquida	(i)	101.459.461	(1.591.278)	99.868.183
Outros		(15.774.622)	-	(15.774.622)
Imposto de renda e contribuição social	(ii)	(28.529.756)	(1.012.570)	(29.542.326)
Lucro líquido do exercício		57.155.083	(2.603.848)	54.551.235

Total do passivo e do patrimônio líquido	Ref.	31/12/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Demonstração do resultado abrangente				
Lucro líquido do exercício	(i) e (ii)	57.155.083	(2.603.848)	54.551.235
Outros resultados abrangentes		-	-	-
		57.155.083	(2.603.848)	54.551.235

Demonstração do fluxo de caixa	Ref.	31/12/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes dos impostos		85.684.839	(1.591.278)	84.093.561
Itens de resultado que não afetam o caixa		3.328.784	-	3.328.784
(Aumento) redução nos ativos		20.101.389	1.898.256	21.999.645
Aumento (redução) nos passivos		(36.735.169)	(306.978)	(37.042.147)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		72.379.843	-	72.379.843
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		(395.297)	-	(395.297)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento		(33.410.146)	-	(33.410.146)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		38.574.400	-	38.574.400

A seguir impactos da adoção do CPC 47 no balanço social da Companhia em 1 de janeiro de 2018:

Balanço patrimonial	Ref.	01/01/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		73.648.996	-	73.648.996
Ativo de contrato	(i)	99.024.824	8.097.819	107.122.643
Demais ativos circulantes não impactados		29.625.593	-	29.625.593
		202.299.413	8.097.819	210.397.232

Ativo não circulante	Ref.	01/01/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Impostos diferidos		131.906.942	-	131.906.942
Ativo de contrato	(i)	224.917.952	(4.783.033)	220.134.919
Demais ativos não circulantes não impactados		8.308.445	-	8.308.445
		365.133.339	(4.783.033)	360.350.306
		567.432.752	3.314.786	570.747.538

Total do ativo	Ref.	01/01/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Passivo				
Passivo circulante				
Impostos e contribuições sociais		28.820.324	-	28.820.324
Taxas regulamentares		6.664.732	-	6.664.732
Demais passivos circulantes não impactados		3.215.552	-	3.215.552
		38.700.608	-	38.700.608

Passivo não circulante	Ref.	01/01/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Impostos diferidos	(ii)	61.424.249	21.452.668	82.876.917
Demais passivos não circulantes não impactados		11.456.251	-	11.456.251
		72.880.500	21.452.668	94.333.168

Patrimônio líquido	Ref.	01/01/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Capital social		101.747.039	-	101.747.039
Reserva especial de ágio		168.700.301	-	168.700.301
Demais itens do patrimônio líquido não impactados		16.978.859	-	16.978.859
Retenção de lucros	(iii)	168.425.445	(18.137.882)	150.287.563
		455.851.644	(18.137.882)	437.713.762

Total do passivo e do patrimônio líquido	Ref.	01/01/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
		567.432.752	3.314.786	570.747.538

(i) Ajustes para correção de erros na implementação do CPC 47, que define o ativo da concessão como ativo contratual conforme descrito na nota explicativa 3.4;

(ii) Impacto dos impostos diferidos sobre os ajustes efetuados referente ao recálculo do CPC 47 e sobre os ajustes de IR e CS correntes referente a recálculo do IFRIC 12;

e (iii) Efeitos dos ajustes que foram refletidos no resultado do exercício.

5. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS

5.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019: Normas e interpretações que se aplicam pela primeira vez em 2019, mas não apresentam, no entanto, impactos nas demonstrações financeiras. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes.

• **CPC 06 (R2) - Arrendamentos:** O CPC 06 (R2) se sobrepôs à versão anterior (R1) da norma de arrendamentos, além do ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários reconheçam a maioria dos arrendamentos no balanço patrimonial. A contabilização do arrendador de acordo com o CPC 06 (R2) está substancialmente inalterada em relação à versão anterior da norma. Os arrendadores continuarão classificando arrendamentos como arrendamentos operacionais ou financeiros, utilizando princípios similares aos da versão anterior da norma. A Companhia adotou o CPC 06 (R2) usando o método retrospectivo modificado de adoção, com a data de aplicação inicial de 1º de janeiro de 2019.

A Companhia aplicou a norma somente a contratos que foram previamente identificados como arrendamentos, aplicando-se a versão anterior da norma na data da aplicação inicial. A Companhia também optou por utilizar as isenções de reconhecimento para contratos de arrendamento que, na data de início, têm um prazo de arrendamento igual ou inferior a 12 meses e não contêm opção de compra (arrendamento de curto prazo) e contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor (ativos de baixo valor). Não houve efeito significativo oriundo da adoção ao CPC 06 (R2) sobre as demonstrações financeiras.

• **ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro:** A Interpretação (equivalente à interpretação IFRIC 23) trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte: • Se a entidade considera tratamentos fiscais incertos separadamente. • As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais. • Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto. • Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias. A Companhia determina se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos e considera a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A Companhia aplica julgamento significativo na identificação de incertezas sobre tratamentos de imposto de renda. A Interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras.

• **CPC 48 - Recursos de pagamento antecipado com compensação negativa:** De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, desde que os fluxos de caixa contratuais sejam "somente pagamentos de principal e juros sobre o principal em aberto" (critério de SPPI) e o instrumento for mantido no modelo de negócio adequado para esta classificação. As alterações ao CPC 48 esclarecem que um ativo financeiro cumpre o critério de SPPI independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e independentemente da parte que paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **Melhorias anuais:** • **CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda sobre dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações ou eventos passados que geraram lucros distribuíveis do que às distribuições aos titulares. Portanto, a entidade reconhece as consequências do imposto de renda sobre dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido conforme o lugar em que a entidade originalmente reconheceu essas transações ou eventos passados. A entidade aplica essas alterações a partir de 1º de janeiro de 2019. Quando a entidade aplica essas alterações pela primeira vez, as aplica às consequências do imposto de renda sobre dividendos reconhecidas a partir do início do período comparativo mais antigo. Como a legislação fiscal aplicável nas jurisdições nas quais a Companhia atua (primariamente no Brasil) não prevêm a tributação dos dividendos, essa alteração não trouxe efeito sobre as demonstrações financeiras. **5.2 Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. • **Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material:** Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição "omissão material" ou "divulgação distorcida material" em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição declara que: "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuramento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade." Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.



EXPANSION

TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

CNPJ/MF nº 04.100.850/0001-12



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Caixa	1.911	1.724	6.803
Banco	867.440	3.903.467	989.864
Aplicações financeiras	115.883.888	108.318.205	72.652.329
	116.753.239	112.223.396	73.648.996

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa de 97,5% CDI.

7. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
A vencer	9.487.533	9.067.152	13.062.665
Vencidas até 30 dias	37.010	58.798	114.121
Vencidas até 60 dias	11.228	15.526	3.154
Vencidas até 90 dias	10.806	15.831	3.717
Vencidas há mais de 90 dias	10.519.021	2.206.298	1.399.900
(-) PCLD	20.065.598	11.363.605	14.583.557
	(101.828)	(86.870)	(90.371)
	19.963.770	11.276.735	14.493.186

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. Segue movimentação da PCLD:

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Saldo em 1º de janeiro	(86.870)	(90.371)	(114.706)
Reversão		3.501	24.335
Adição	(14.958)		
Saldo em 31 de dezembro	(101.828)	(86.870)	(90.371)

8. ATIVOS DE CONTRATO

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
		(reapresentado)	(reapresentado)
Circulante	94.998.748	89.157.151	107.122.643
Não circulante	236.047.646	229.690.061	220.134.919
	331.046.394	318.847.212	327.257.562

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Descrição	Venci-		
	Início	mento	Garantias
			Encargos
			Fide-
			jussória
			105% da
Debêntures	mar/18	fev/21	Taxa DI
			137.790.880
			138.151.347
			137.790.880
			138.151.347
Circulante			2.957.797
			3.461.335
Não circulante			134.833.083
			134.690.012
			137.790.880
			138.151.347

Em 08 de fevereiro de 2018, foi assinada a Escritura Particular da Primeira Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfrica, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. e desembolsado em 14 de março de 2018 o valor de R\$ 135.000.000,00 (cento e trinta e cinco milhões de reais), sendo a amortização bullet, em 08 de fevereiro de 2021. A partir da data de emissão, incidirá sobre o valor nominal unitário a taxa de juros equivalente a 105% do CDI. Conforme Escritura, o pagamento dos juros será realizado semestralmente, a partir de 08 de agosto de 2018 até o vencimento, em 08 de fevereiro de 2021. A emissão das debêntures conta com 100% de garantia fidejussória (fiança corporativa) da State Grid Brasil Holding (SGBH). Neste empréstimo não há cláusulas de *covenants* financeiros.

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
		(reapresentado)	
IRPJ	9.255.564	10.182.377	20.740.513
CSLL	3.104.761	3.257.833	7.255.921
PIS	55.047	54.619	53.497
COFINS	258.151	257.973	250.424
Outros	3.265.099	537.111	519.969
	15.938.622	14.289.913	28.820.323

11. TAXAS REGULAMENTARES

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Reserva Global de Reversão (RGR) (i)	(1.092.685)	(817.035)	(751.702)
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	83.554	313.956	274.665
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (iii)	5.077.680	6.876.044	7.141.769
	4.068.549	6.372.965	6.664.732

(i) RGR: Taxa criada pelo Decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, e financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035. Em 06 de agosto de 2019, através da Nota Técnica 126/2019 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas às competências de julho de 2019 a junho de 2020 de R\$ 102.262. (ii) TFSEE: Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória. Em 19 de julho de 2019, através do Despacho 2.004 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a TFSEE relativas às competências de julho de 2019 a junho de 2020 de R\$ 33.203. (iii) P&D: Conforme as Resoluções ANEEL 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

12. OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Provisão de férias	1.486.998	1.412.929	962.948
Provisão de bônus	1.128.418	1.657.099	866.510
Outros	467.551	442.671	478.195
	3.082.967	3.512.699	2.307.653

13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Contingências prováveis (provisionadas): A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A Companhia constitui provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Fiscal	1.561.195	1.473.577	5.214.215
Trabalhista			191.330
	1.561.195	1.473.577	5.405.545

Contingências possíveis (não provisionadas): Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Natureza			
Trabalhista			40.000
Fiscal	7.761.856	10.615.739	10.947.968
	7.761.856	10.615.739	10.987.968

14. IMPOSTOS DIFERIDOS

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
		(reapresentado)	(reapresentado)
Impostos diferidos ativos (i)	111.482.568	121.694.755	131.906.942
Impostos diferidos passivos (ii)	(87.847.584)	(82.077.267)	(82.876.917)
	23.634.984	39.617.488	49.030.025

(i) Saldo ativo refere-se ao crédito fiscal calculado sobre os intangíveis de aquisição da controlada SGBH-E, os quais foram incorporados. O benefício será realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que o originaram. (ii) Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia e foram reapresentados.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 101.747.039 dividido em 101.747.039 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$ 1 cada.

A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2019 e 2018
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holding Limited	0,01%
	100%

b) **Reserva especial de ágio:** A Reserva especial de ágio foi constituída decorrente do acervo líquido resultante da incorporação reversa da SGBH-E na ETEE em 31 de outubro de 2017. c) **Reserva legal:** A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. A partir de 2017 não foi constituída a reserva legal, pois o limite previsto na Lei foi atingido. d) **Dividendos e juros sobre capital próprio:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2019	31/12/2018
		(reapresentado)
Lucro líquido do exercício	75.867.514	54.551.235
Base de cálculo para os dividendos	75.867.514	54.551.235
Dividendo mínimo obrigatório	758.675	545.512
Provisão de juros sobre capital próprio	16.590.350	-

Em 2018 a Administração da Companhia aprovou através de Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de abril de 2018, a distribuição de dividendos adicionais referentes à reserva de lucros no valor de R\$ 116.613.056,11. Esse valor, assim como todo o montante decorrente de dividendos provisionados foram pagos em 11 de julho de 2018. Em 17 de dezembro de 2019, foi aprovado o pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 16.590.350 referente ao exercício social de 2019. O valor do imposto de renda devido sobre o juros sobre capital próprio foi de R\$ 2.488.552 o que gerou um valor líquido a pagar de R\$14.101.798, que será pago até dezembro de 2020. Devido ao valor ter sido superior ao valor do dividendo mínimo obrigatório, não houve provisão do mesmo.

16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2019	31/12/2018
		(reapresentado)
Receita operacional bruta	125.129.901	110.654.862
Receita de operação e manutenção	19.414.007	18.440.051
Remuneração dos ativos contratuais	100.706.108	98.712.294
Receita de construção	396.683	-
Ajuste receitas variáveis	4.613.103	(6.497.483)
Deduções da receita operacional	(8.565.865)	(10.786.679)
PIS (corrente e diferido)	(803.884)	(773.981)
COFINS (corrente e diferido)	(3.710.233)	(3.571.524)
RGR	(2.881.050)	(4.926.949)
TFSEE	(147.921)	(430.324)
P&D	(1.022.777)	(1.083.901)
	116.564.036	99.868.183

17. CUSTO DA OPERAÇÃO

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(5.471.325)	(5.425.551)
Material	(611.475)	(355.560)
Serviços de terceiros	(1.164.001)	(757.697)
Custo de operação e manutenção	(1.004.266)	(879.360)
Custo de construção	(398.658)	-
Gastos diversos	(1.089.227)	(1.689.704)
Outros	(112.646)	(121.957)
	(9.851.598)	(9.229.829)

18. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(3.567.781)	(2.748.569)
Administradores	(727.228)	(744.379)
Material	(73.767)	(32.192)
Serviços de terceiros	(718.118)	(563.831)
Arrendamentos e aluguéis	(93.546)	(100.852)
Doações	(265.717)	(578.379)
Provisão/reversão	(27.953)	(1.191.860)
Tributos	(103.454)	(6.068)
Depreciação e amortização	(63.169)	(64.512)
Outras	638.267	(386.053)
	(5.002.466)	(6.416.695)

19. OUTRAS DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS

	31/12/2019	31/12/2018
Rendas da prestação de serviços	12.975	12.223
Demais receitas e rendas	53.829	11.130
Pessoal	(292.370)	(296.935)
Depreciação	38.377	(128.097)
Tributo sobre a receita	(6.179)	(2.160)
Outros	(516.281)	(19.179)
	(709.649)	(423.018)

20. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2019	31/12/2018
Receita financeira	8.841.295	8.697.678
Receitas de aplicações financeiras	6.923.247	7.707.350
Outras receitas financeiras	2.349.382	1.414.544
Tributos sobre receitas financeiras	(431.334)	(424.216)
Despesa financeira	(9.353.665)	(8.402.758)
Juros sobre empréstimos - terceiros	(8.346.837)	(7.189.763)
Juros e multas	(635.415)	(95.040)
Outras despesas financeiras	(371.413)	(1.117.955)
	(512.370)	294.920

21. CONCILIAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (IR E CS)

	31/12/2019	31/12/2018
		(reapresentado)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	100.487.953	84.093.561
Alíquota nominal	(34.141.904)	(28.567.811)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva		
Adições e exclusões não dedutíveis	11.966.035	9.344.444
Incentivos fiscais (Lei Rouanet/Desportivo/PAT)	343.860	649.905
Outros	(2.788.430)	(10.968.864)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	(24.620.439)	(29.542.326)
IR e CS correntes	(9.073.953)	(19.822.809)
IR e CS diferidos	(15.546.486)	(9.719.517)
	(24.620.439)	(29.542.326)

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros. Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

22.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Caixa e equivalentes de caixa	6	116.753.239	112.223.396	73.648.996

Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Contas a receber - partes relacionadas	23	20.660.808	2.668.923	2.415.489

Concessionárias e permissionárias	7	19.963.770	11.276.735	14.493.186
-----------------------------------	---	------------	------------	------------



EXPANSION

TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

CNPJ/MF nº 04.100.850/0001-12



★ continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Acionistas e Diretores da

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 4, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Mensuração do ativo de contrato

Conforme divulgado na nota 8 às demonstrações financeiras, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo do ativo de contrato da Companhia é de R\$331.046.394.

O reconhecimento do ativo de contrato e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer

também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada, ou inexistência de margens de lucro esperada, em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados aos gastos realizados para execução do contrato; ii) análise da existência ou não de margem nos contratos; iii) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; iv) a revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de empresas; e v) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que a mensuração do ativo de contrato e da receita de construção e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2020

ERNST & YOUNG
Audidores Independentes S.S.
CRC-2SPO15199/0-6
Gláucio Dutra da Silva
Contador - CRC-1RJ090174/O-4

